

Marli dos Santos

Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo Coordenadora e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP. Docente titular do curso de Jornalismo. É membro do Comitê de Ética na Pesquisa da UMESP. É líder do Grupo de pesquisa Novas Práticas Jornalísticas.

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

Pós-doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação – FIC, da Universidade Federal de Goiás

**Jornalismo no feminino:
a mulher jornalista,
subjetividades
e atuação profissional***

**Subjectivities women
in journalistic coverage**

**Periodismo en femenino:
la mujer periodista,
subjetividades y
actuación profesional**

* Esse texto é uma revisão ampliada do Trabalho Subjetividades femininas na cobertura jornalística, apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do XXV Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal de Goiás, Goiânia, de 7 a 10 de junho de 2016.

RESUMO

Este artigo é um desdobramento de pesquisa continuada a respeito de jornalismo e gênero, e se propõe a refletir sobre jornalistas e as subjetividades femininas na cobertura jornalística. A partir das ideias de Foulcalt e Lipovetsky, entre outros autores, buscou-se identificar as subjetividades femininas tendo como material empírico entrevistas semiestruturadas com repórteres da grande imprensa. É possível verificar nos relatos das mulheres participantes que há múltiplas subjetividades, construídas a partir de uma cultura jornalística que não valoriza o trabalho feminino, a identidade feminina e outros aspectos que influenciam na prática jornalística. Palavras-chave: 1. Feminização das redações; 2. Subjetividades femininas; 3. Cobertura jornalística.

ABSTRACT

This article is a deployment of ongoing research on Journalism and gender, and intends to reflect on journalists and female subjectivities in journalistic coverage. From Foulcalt Lipovetsky ideas, among others, sought to identify the female subjectivities having as empirical material semi-structured interviews with reporters from the mainstream press. In this cases, was observed in the reports of the participants that there are multiple subjectivities, created from a journalistic culture that does not value women's work, women's identity and other aspects that influence the journalistic practice.

Key-words: 1. Feminization of newsrooms; 2. Female subjectivities; 3. Press coverage.

RESUMEN

Este artículo es parte de una investigación continua sobre periodismo y género, y propone una reflexión sobre las mujeres periodistas y las subjetividades femininas en la cobertura de noticias. A partir de las ideas de Foulcalt y Lipovetsky, entre otros, buscamos identificar las subjetividades femininas en material empírico como entrevistas semiestructuradas con algunas periodistas de la prensa convencional. Se observó en los informes de las mujeres participantes que hay múltiples subjetividades, construidas a partir de una cultura periodística que no valora el trabajo de las mujeres, la identidad femenina y otros aspectos que influyen en la práctica periodística.

Palabras clave: Feminización de las redacciones; Subjetividades femininas; Cobertura periodista

Submissão: 29-9-2016

Decisão editorial: 2-11-2016

1. Ousadia feminina

A dinâmica das grandes cidades contemporâneas consolidou o jornalismo como parte importante do sistema de circulação de informações nas aglomerações urbanas. Foi na cidade moderna – nesse laboratório social privilegiado¹ (PARK, 1987) que o jornalismo tornou-se também uma atividade industrial que exigia a presença/formação de profissionais especializados, em princípio donos de um saber técnico e de um status determinado na sociedade.

As transformações da cidade em grandes metrópoles, sofisticadas e entremeadas pela tecnologia, colocou o jornalismo frente a novos desafios, entre a convivência com as mudanças sociais e estruturais que culminaram com a presença em grande número da mulher no mercado de trabalho e, em particular, nas redações jornalísticas.

No mundo há alguns registros de mulheres pioneiras atuando em redações. Nos EUA, esses registros remontam ao século XVII, com tipógrafas ou proprietárias de prensa, conforme conta Witt, citado por Queiroz (2013). Porém, foi no século XIX, após a Guerra de Secessão, que surgiu a primeira reporta-

¹ Acerca desse ponto, ver PARK, R. E. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (Org.). *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

gem geral produzida por uma mulher. Emily Verdery Bettey foi contratada como repórter pelo *New York Sun*, em 1868.

Queiroz também menciona o número de mulheres que atuavam nos jornais nos Estados Unidos em 1886. Conforme a revista *The Journalist* (2013, p. 63), eram 500 jornalistas; dois anos mais tarde, só nos jornais nova-iorquinos, 200 mulheres atuavam nas redações. Embora as referências sobre a mulher e a imprensa sejam da segunda metade do século XVII, observa-se principalmente o surgimento de veículos com características editoriais voltadas a um público feminino, divididos em duas vertentes: a que abrange os veículos impressos que tratavam de moda e outra que abordava o feminismo.

A imprensa feminista surgiu no bojo da Revolução Francesa e se tornou porta-voz das ideias daquelas que atuavam pela emancipação feminina. Mas para driblar preconceitos e conquistar espaço nas redações, as mulheres usaram pseudônimos e inovaram na reportagem.

Na segunda metade do século XIX até o início do século XX, um exemplo de inovação nos Estados Unidos foram as *stunt girls*: repórteres que utilizavam o disfarce ou a *performance* para a elaboração de suas reportagens. A estratégia era assumir outra identidade, outro personagem, e sob o disfarce observar e vivenciar situações, fontes, obter documentos e informações que jamais conseguiriam se assumissem serem repórteres, tornando-se “heroínas sensacionais de suas próprias matérias” (QUEIROZ, 2013, p. 65). Essas estratégias, hoje consideradas o embrião do jornalis-

mo investigativo, antecederam os *muckrakers*,² que fizeram a era de ouro do jornalismo norte-americano.

A utilização de disfarces garantiu a evidência às mulheres nas redações em um espaço profissional majoritariamente masculino. Nos EUA, as mulheres representavam pouco mais de 2% dos jornalistas atuantes em 1880, conforme Witt (1959, QUEIROZ, 2013). Uma vez que a atividade de produção, transmissão e construção de significados de conteúdos simbólicos é uma forma de poder específico (poder simbólico), constituindo-se uma forma de “intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar a ação dos outros e produzir eventos...” (THOMPSON, 2008, p. 24), o aparecimento da imprensa feminina/feminista, impactou na capacidade das mulheres de se organizarem e conquistarem direitos sociais e espaços no mercado de trabalho. Particularmente na imprensa, esse espaço se amplia.

Atualmente, apesar da presença majoritária da mulher nas redações, persistem na imprensa algumas discrepâncias, particularmente na ocupação de cargos de chefia. E isso pode influenciar na cobertura, pois são os líderes que distribuem o trabalho de reportagem nas redações. Segundo Heckman (2013), na cobertura das eleições presidenciais nos EUA, as fontes citadas por repórteres do sexo masculino eram 80% homens, já na cobertura das mulheres os homens

² Na enciclopédia Britânica, a definição de *muckraker* está relacionada a um jornalismo de investigação: “any of a group of American writers, identified with pre-World War I reform and exposé literature. The muckrakers provided detailed, accurate journalistic accounts of the political and economic corruption and social hardships caused by the power of big business in a rapidly industrializing United States”. (<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/395831/muckraker>)

representavam 52%, ou seja, houve equilíbrio na cobertura do tema quando realizado por mulheres.

Com relação às lideranças nas redações na imprensa norte-americana, Heckman diz ainda que as mulheres que ocupam cargos de chefia são mais indiferentes quanto ao sexo quando designam repórteres para coberturas mais factuais, inesperadas e complexas (como eleições), diferentes dos homens em posição de comando. Como se sabe, esse tipo de cobertura dá mais prestígio ao repórter, que conquista condições melhores de trabalho, conseqüentemente mais satisfação pessoal. Em sua pesquisa, a autora que teve como foco a presença feminina no jornalismo digital, concluiu:

Apesar de mais de duas décadas de intenso foco na diversificação dos profissionais que atuam na imprensa americana, a maioria das empresas jornalísticas modernas permanecem predominantemente brancas e masculinas. Está claro que estas disparidades serão reproduzidas no mundo digital (HECKMAN, 2013, p. 36, *tradução do autor*).

Apesar disso, não há estudos no Brasil que confirmem características diferenciadas na cobertura jornalística feita por mulheres, no jornalismo brasileiro, Koshiyama (2001) destaca diferenciais na cobertura feminina quanto a aspectos éticos da profissão e abordagens mais complexas sobre os assuntos da atualidade. Por sua vez, Muraro e Boff (2010) mencionam um olhar mais altruísta e solidário da mulher no universo do trabalho.

2. Feminização na imprensa e o panorama da mulher no trabalho

Embora os cargos de chefia ainda sejam mais ocupados por homens, há uma tendência de feminização nas redações jornalísticas. Nos EUA, a mulher atualmente é maioria, na condição de estudante de jornalismo e de jornalista. “Cerca de 70% dos estudantes inscritos nos cursos de jornalismo e comunicações são mulheres, em 2002, as mulheres representavam 60% dos jornalistas abaixo de 25 anos nas redações” (HECKMAN, 2013, p. 34-35, *tradução do autor*). Já no Brasil, a pesquisa³ sobre o perfil dos jornalistas brasileiros, em 2013, apontou que as mulheres constituem 63,7% do mercado de trabalho, e que 59% dos jornalistas são jovens (até 30 anos).

O perfil econômico-salarial da jornalista brasileira, no entanto, não acompanhou esse crescimento. Em 2000, a média salarial da profissional era 5,09% inferior à dos seus colegas de profissão: US\$ 1.072 para elas, US\$ 1.129 para eles. Em Brasília, no ano 2000, 5% das mulheres e 4% dos homens estavam concentrados na base da pirâmide salarial, recebendo US\$ 450. No topo da pirâmide, a situação era oposta: 25% dos homens e 20% das mulheres concentravam-se na

³ Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012 (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012), relatório de pesquisa elaborado pelo Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, da Universidade Federal de Santa Catarina (2012), em parceria com a FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas, constatou-se que há uma feminização no perfil do jornalista. A pesquisa está disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vQvflEPD5T8J:perfildojornalista.ufsc.br/files/213/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 20 jan., 2014.

faixa dos que recebiam US\$ 3 mil de remuneração (SOUZA, 2009).

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014 (2015, p. 16), que reflete o panorama brasileiro, aponta que “os afazeres domésticos e de cuidado dificultam seu acesso e permanência [da mulher] no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão profissional”. Em 2013, o mesmo relatório apontou que os ramos de atividades relacionados ao mundo do trabalho mostram um padrão de acordo com o sexo, havendo concentração de mulheres (45%) em segmentos como “alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos e outros serviços sociais, coletivos e pessoais” (RASEAM, 2014, p. 45).

A situação apresentada revelou que a dupla jornada de trabalho é resultante da divisão de trabalho, na qual a mulher está vinculada, ao mundo familiar e doméstico. Essa situação acarreta em prejuízos à vida profissional, uma vez que as mulheres enfrentam uma sobrecarga, resultante da vida no trabalho e dentro da casa, cristalizando uma “assimetria” que impede mudanças nos “lugares ocupados” na família e fora dela (HIRATA, 2002, p. 193-194). As mulheres “tendem a procurar trabalhos com horários mais flexíveis ou com jornadas parciais para fazer frente às demandas dos cuidados com a família e com o exercício profissional” (RASEAM, 2014, p. 50).

Embora sejam inegáveis as conquistas femininas no mundo do trabalho, os dados resultantes da pesquisa sobre o perfil do jornalista brasileiro (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012) e as entrevistas utilizadas como material empírico neste artigo confirmam a divisão do trabalho e a dupla jornada no contexto brasileiro, além da visão dos empregadores, que consideram as

mulheres responsáveis pela vida doméstica. “Isso tem como consequência uma discriminação, por parte da empresa, das mulheres casadas e uma nítida preferência pelas mulheres solteiras sem filhos e, portanto, sem ‘família pela qual se responsabilizar’” (HIRATA, 2002, p. 194). A tendência de jovens nas redações, majoritariamente mulheres nas pesquisas estadunidense e brasileira, pode ter relação com essa visão que permeia nas empresas.

3. Subjetividade feminina

A primeira ideia que surge quando se fala em subjetividade é antagônica à de objetividade, porém, o que a palavra abarca é bem mais complexo que simplesmente uma oposição. Subjetividade está associada à condição de ser sujeito, no sentido que Foucault menciona quando discute a constituição do sujeito e das relações de poder nesse processo: “não sujeito a alguém pelo controle e dependência” e sim “preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT. In: DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 235).

Assim, nas relações de poder, conforme diz Foucault na mesma obra, é necessário observar as “formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações” (1995, p. 234). Entre as formas de resistência, as lutas “contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão)” (FOUCAULT. In: DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 235).

No fundo, todas as lutas giram em torno de uma questão: quem sou eu? Como Foucault afirma, talvez a maior luta da contemporaneidade (e isso não exclui as demais) seja a da não sujeição da subjetividade. E quando diz isso, Foucault se refere às instituições que moldam e submetem o sujeito, "categorizam o indivíduo", tornam-no refém de sua própria identidade, "impõe-lhe uma lei de verdade", que tanto o sujeito como os outros devem reconhecer (1995, p. 235).

A institucionalização dos sujeitos como força de sujeição da própria subjetividade talvez ainda seja uma das principais lutas travadas na contemporaneidade, porém, em um tempo de "sujeitos descentrados", como afirma Hall (2001), essa luta pode ser ainda maior, porque o sujeito contemporâneo vive também a angústia da constituição de sua subjetividade. Embora as categorizações permaneçam como estratégia do poder das instituições, é possível falarmos em subjetividades.

Na sociedade globalizada, de acordo com Canciani (1988), o pano de fundo em que os sujeitos estão imersos é a cultura, o lugar em que valores, crenças e estereótipos se consolidam por meio da dinâmica social. Já Ortiz (1996, p. 95) aponta o surgimento de duas esferas culturais na modernidade: a restrita e a ampliada. "Na restrita, a consagração dos pares e regras específicas é a tônica; na ampliada 'as preocupações estéticas devem se acomodar às imposições técnicas, industriais e comerciais'. Ambas interagem" em um contexto globalizador e globalizante. Por isso, o "cidadão do mundo" é múltiplo:

No horizonte da sociedade global, são outras e novas as condições sociais e econômicas, políticas e culturais nas quais se envolve e desenvolve o indivíduo. O sujei-

to é outro, que passa a ser elo de múltiplas redes de comunicação, interpretação, divertimento, aflição e evasão. (...) Seu modo de ser, compreendendo ações, relações, reflexões e fantasias, passa a ser cada vez mais povoado pelos signos espalhados pela aldeia global (IANNI, 1999, p. 122).

Sendo assim, são várias as possibilidades de se engendrar as subjetividades, o que pode causar instabilidade na constituição da identidade dos indivíduos. Hall (2001) fala em um sujeito descentrado, cujas identidades são múltiplas em uma "modernidade líquida" (BAUMAN, 2003) ou na hipermodernidade:

Na hipermodernidade, não há escolha, não há alternativa, senão evoluir, acelerar para não ser ultrapassado pela "evolução": o culto da modernização técnica prevaleceu sobre a glorificação dos fins e dos ideais. Quanto menos o futuro é previsível, mais ele precisa ser mutável, flexível, reativo, permanentemente pronto a mudar, supermoderno, mais moderno que os modernos dos tempos heróicos (LIPOVETSKY, 2004, p. 57).

Mancebo afirma, então, que "a produção das subjetividades é incluída no jogo de forças que se forja no campo cultural" (2002, p. 289), imersa nesse ambiente dinâmico, fragmentado e globalizante.

Nesse sentido, podemos considerar que a constituição de uma subjetividade feminina, especialmente a de jornalistas, passa pela multiplicidade de forças de dominação, de sujeição, ligadas não só a instituições, que por mais abaladas ainda são referências na sociedade contemporânea, como também à força da globalização, que perpassa as diversas instâncias de constituição dos sujeitos e de suas subjetividades. Importante mencionar que na história da luta feminina

na sociedade podem ser identificados três momentos importantes (ROCHA, 2009): o primeiro é nas artes, na transição do feudalismo para o capitalismo, entre os séculos XIV e XV. Nesse período, a visibilidade conquistada estimulou a participação das mulheres nos movimentos abolicionistas, nas lutas por direitos trabalhistas (séculos XIX e XX), na luta sufragista em 1918.

A “segunda onda” do movimento feminista ocorreu nas décadas de 1960 e 70, fruto das lutas da nova geração pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As viúvas da Segunda Guerra Mundial tiveram de assumir o comando da casa, inserir-se no mercado de trabalho e dar conta de uma jornada dupla, de atividades profissionais e domésticas. A essa altura, as produções intelectuais femininas davam vazão a reflexões sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea.

Em 1990, a terceira onda da luta feminista faz uma espécie de revisão da evolução do movimento, não mais pautado na igualdade entre os sexos e sim no “feminismo de diferença” (ROCHA, 2009).

Lipovetsky (2000, p. 230) também considera três momentos da evolução feminina. A primeira mulher não mereceu “figurar nos grandes relatos históricos”, porque era vista com um papel secundário na sociedade, restrito ao privado, embora, como menciona o autor, havia um lado obscuro, meio “diabólico” atribuído às mulheres. A “segunda mulher” surge na segunda metade da Idade Média: enaltecida por sua beleza, por cuidar da educação dos filhos, mas ainda restrita à esfera doméstica. Ambas dependentes, submissas ao poder masculino. A “terceira mulher” rompe com a dependência financeira e acessa vários domínios das esferas pública e privada. Mas na visão

de Lipovetsky ainda é uma mulher “indeterminada”, porque permanece ligada aos papéis tradicionais, entre o antigo e o novo. Sofre as mesmas angústias da contemporaneidade que o homem, porém, mantém os papéis tradicionais da sociedade patriarcal. Por isso, pensar em subjetividades femininas pode ser libertador, no sentido da não sujeição a uma subjetividade imposta, que vai exigir este ou aquele comportamento; mas também pode ser angustiante, na medida em que a subjetividade na contemporaneidade é múltipla, volátil e fragmentada.

4. Subjetividades múltiplas

Quando no início deste artigo mencionamos as *stunts girls* na imprensa estadunidense, o objetivo foi evidenciar que para conquistar um lugar em um espaço de trabalho até então eminentemente masculino, as jornalistas buscaram no disfarce um caminho para conseguir informações exclusivas, acesso a dados e a fontes que em uma situação normal de reportagem não conseguiriam. A profissão era essencialmente masculina (considerando todas as funções). Além disso, os donos das empresas jornalísticas viam nessas jornalistas um canal para ganhar mais dinheiro. No entanto, como todo sistema mantém em si a sua própria contradição, a iniciativa deu mais visibilidade à mulher, e ajudou a legitimar a sua atuação nas redações, reduto do masculino.

Para investigar indícios da subjetividade feminina da jornalista que atua nas redações, optou-se por uma leitura crítica do material empírico colhido em estudo realizado pelas autoras sobre o tema gênero e jornalismo, no qual foram entrevistadas semiestruturadas com seis profissionais que atuavam em veículos

impressos e televisivos, com experiência de mais de cinco anos na profissão.

A opção pela leitura crítica parte de um “enfrentamento tensional que, direta ou indiretamente, possa resultar em crítica interpretativa” (BRAGA, 2006, p. 46). Nesse sentido, buscou-se na Análise do Discurso uma perspectiva teórico-metodológica. Entende-se o discurso como prática social que revela ideologias, significações construções da realidade “que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117). Nesse contexto, destaca-se também uma percepção dialógica que, mesmo a mídia tendo impacto no que se convencionou chamar de opinião pública,⁴ ela é produzida e delimitada por indivíduos que, estando imersos na sociedade, trazem consigo seus valores, ideologias e preconceitos inerentes a essa sociedade (TEMER, 2014, p. 129-139).

Em termos práticos, a base para esta análise foi entrevista semiestruturada com mulheres/jornalistas, que contribuiriam com seus depoimentos a partir da confiança de que não seriam identificadas, com idade superior aos 25 anos, sendo residentes na Grande São Paulo, Goiânia e Brasília.

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre as subjetividades femininas na cobertura jornalística, especialmente as de mulheres que têm mais experiência em redação. A questão é: Como as subjetividades femininas podem influenciar a cobertura jornalística?

⁴ O termo é aqui usado em seu sentido lato, como opinião do público em geral. Entende-se que o termo tem um uso científico mais amplo, mas trata-se de um aspecto não enfocado neste trabalho.

Nas entrevistas, foi possível perceber a identidade profissional associada a uma imagem quase utópica do jornalismo, considerando as forças da globalização que afetaram negativamente os jornalistas enquanto categoria profissional, da flexibilização das relações de trabalho, da redução salarial (entre 3 mil e 6 mil reais por mês, em média),⁵ entre outras questões profissionais, é até surpreendente que a visão de um jornalismo “Clark Kent” ainda permeie as subjetividades dessas mulheres, que consideram o jornalismo fundamental na sociedade contemporânea. Há uma percepção acerca da importância da ética na profissão, para promover a justiça social. Uma das entrevistadas disse: “As pessoas comuns não têm como se defender, o jornalismo é que cumpre esse papel”.

A diversidade é valorizada pelas profissionais entrevistadas, que mencionam a importância das várias “vozes” nas reportagens: “O jornalismo (...) tem por vocação outros olhares (...) para ser mais plural”. Isso reforça a presença de um olhar feminino na reportagem, conforme a pesquisa mencionada na qual se aponta maior equilíbrio na consulta a fontes homens e mulheres na cobertura das jornalistas sobre as eleições norte-americanas de 2012.

É possível perceber como as repórteres chamam para si a responsabilidade sobre a qualidade da produção jornalística, a ponto de se autodenominarem “protagonistas” das ações. A identidade jornalística fortalece certa ilusão de poder, sujeitando o repórter ao dever de “organizar o volume de informação que flui hoje no mundo”, segundo uma das entrevistadas.

⁵ Informação presente no relatório de pesquisa sobre o Perfil do Jornalista Brasileiro.

Mas parece haver conflito entre aquilo que essas mulheres acreditam ser os valores do jornalismo e o perfil do jornalista na atualidade. Uma das participantes disse: “Antigamente ainda era alguma coisa ser jornalista, hoje qualquer um que chega aqui acha que pode fazer uma matéria”. Há nostalgia a respeito de um passado que foi mais glorioso, e medo quanto a um futuro que pode se apresentar “sombrio”: “deve se resgatar os valores primordiais, senão o jornalismo perde o sentido”.

As jornalistas reconhecem que a empresa jornalística como negócio abarca interesses comerciais que se sobrepõem aos do jornalismo, gerando certa “flexibilização” dos valores éticos. Uma entrevistada menciona: “São pequenos pecados éticos cometidos diariamente (...) mudam a prioridade por interesses comerciais e pessoais (...) é uma corrupção pequena”.

Outra questão presente é a “crise no jornalismo”, o que afeta não só as empresas, mas também os que atuam na profissão. De acordo com as entrevistadas, os jornalistas são mal preparados e fazem qualquer coisa para manter os seus empregos. Ainda assim, uma das jornalistas menciona que a mulher é mais ética que o homem no exercício da profissão, citando a sensibilidade e o cuidado com o outro como características femininas. Ao mesmo tempo, entendem que a mulher “sofre mais”, é mais proativa que os homens, cultiva mais o espaço profissional. Seria a “terceira mulher” de Lipovetsky, dividida entre os valores da emancipação feminista e as atividades prosaicas da vida do lar?

Ainda sobre a condição feminina nas redações, as participantes da pesquisa apontam dificuldades no desempenho da profissão. Uma das entrevistadas

classifica a jornada dupla como massacrante, pois gera a mulher dividida entre o trabalho, a casa e os filhos. A mulher é “indeterminada”: “... tem que ter dois empregos e sair correndo, além de cuidar de tudo em casa”, diz uma delas.

A mulher contemporânea tem que dar conta de tudo. E se agarra a uma ideia de que fazer muitas coisas ao mesmo tempo é uma qualidade, uma habilidade feminina. O sujeito feminino na contemporaneidade sujeita a própria subjetividade, “impõe-lhe uma lei de verdade” (FOULCAULT. In: DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 235) que a mulher deve reconhecer tanto quanto os demais ao seu redor. A mulher do século XXI deve ser multitarefa, ter sucesso no trabalho e na vida doméstica. Uma quase-heroína.

Apesar de se vivenciar hoje a terceira onda do feminismo, como diz Rocha (2011), na qual o “feminismo da diferença” passa a ser central, a relação de gênero nas redações e fora dela são, às vezes, como quadros de outras épocas: a “segunda mulher” reservada à esfera privada, que é enaltecida, mas que possui limitações. E esse não é um espelho no qual as mulheres querem se mirar, o feminino da sociedade contemporânea tem uma dimensão ampliada, que não se limita à vida doméstica.

Essa identidade feminina, no século XXI, impõe à repórter a ideia de superação, apesar do preconceito fora e dentro das redações. Uma repórter entrevistada diz: “nunca me intimidei ... os assédios moral e sexual são comuns”.

A máxima entre os profissionais do jornalismo é que quem é jornalista o é 24 horas por dia e está sempre em busca da notícia. Aquele que não se dedica à profissão integralmente, não faz parte do rol dos

eleitos. Por isso, para um bom trabalho, é preciso uma entrega total, o que para a mulher pode representar um desafio maior diante da dupla jornada.

Apesar da feminização das redações, os cargos de chefia ainda são exercidos por homens, como apontam as pesquisas no Brasil e nos EUA. Portanto, para a designação de reportagens mais factuais, que requerem agilidade e coberturas mais complexas, há certo comedimento por parte das chefias. A maioria das entrevistadas percebe isso: “se você vai fazer uma matéria de denúncia, é comum ser subjugada (...) O que os homens fazem? (...) Primeiro, mulher não é capaz de colher informações (...) A mulher não teria essa ousadia”, revela uma das participantes.

As entrevistadas, por sua vez, mencionaram que a feminização das redações ajuda a eliminar as resistências quanto aos desafios da profissão, seja em relação a temas seja em situações de apuração.

Há repórteres que, como as *stunts*, se disfarçam em busca de uma boa reportagem. “Já fui gari, para falar da terceirização do serviço, já fiz curso de bolos para empregadas domésticas para saber da vida delas, já fui assistente de professora, já fiquei uma tarde inteira fingindo que era acompanhante de um doente em um posto de saúde.” As situações colocadas pela entrevistada mostram que as mulheres ousam na profissão, porém, são situações em que a presença feminina é mais culturalmente naturalizada (professora, empregada doméstica): Na visão de uma participante “a condição feminina interfere positivamente na qualidade da cobertura. Isso porque culturalmente as mulheres tiveram de se dedicar à família e cuidar dela”.

Ao mesmo tempo em que reconhecem que a condição feminina é cultural e que interfere no tratamento dado aos assuntos das reportagens, as repórteres entrevistadas não negam que a boa reportagem deve ter objetividade em todo o processo de apuração. “Minhas impressões podem ser questionadas, mas a gravação não.” O texto também deve refletir os fatos. Uma manifestação clara de que a cultura jornalística baseada na ideologia da objetividade está muito presente. “Outra coisa fundamental é nunca dar opinião pessoal. Diante de fatos relatados, a sociedade faz a interpretação que achar conveniente.”

5. Considerações finais

Engels (1891) mostra que a transição da sociedade matriarcal para a patriarcal foi decorrente do desejo masculino de centralização do poder familiar e político, de um controle sobre o feminino. Esse controle persiste, ainda que de forma implícita, perpetuado por instituições como a família, a igreja e a escola (BOURDIEU, 2010). Apesar das exceções personalizadas em figuras históricas de mulheres que quebraram essa tradição, o tema somente passou a ser discutido pelas mídias com surgimento do movimento feminista no século XIX (sufrágio feminino). A partir desse ponto, a luta das mulheres por uma igualdade reconhecida pela lei e pela própria sociedade, o conflito encontrou eco na imprensa. Surge então uma pergunta: se o jornalismo é, em si mesmo, uma atividade que se fundamenta no respeito às desigualdades, e as mulheres são a maioria dentro do jornalismo, por que ainda há discriminação?

Em parte, a resposta está na própria mulher da sociedade contemporânea que, a despeito do es-

paço que ocupa no mercado de trabalho, ainda permanece presa a padrões de comportamento anacrônicos. Hall (2001) aponta que na sociedade pós-moderna as identidades são múltiplas, fluidas e voláteis e a “terceira mulher”, conceito apresentado por Lipovetsky (2000), é “indeterminada”: está presa entre o velho e o novo, ao privado e ao público, à dupla jornada, à dedicação intensa ao trabalho e aos filhos.

O velho e o novo estão presentes no discurso das jornalistas entrevistadas. A sujeição à subjetividade, forma de “ficar sujeito a” modelos de comportamento (FOULCAULT, 1995), torna as mulheres reféns daquilo que elas próprias consideram verdade e do que os outros reconhecem como tal. Dessa forma, as mulheres – inclusive as mulheres jornalistas – têm suas subjetividades construídas a partir das relações de poder na sociedade contemporânea: do mercado, do Estado, das instituições. No caso das mulheres entrevistadas, a cultura jornalística, a fragmentação e a multiplicidade presente na sociedade contemporânea, a imagem da mulher contemporânea que supera qualquer obstáculo, influenciam no fazer jornalístico.

A consciência das relações sociais contraditórias é, portanto, uma marca do feminino que aflora na construção das subjetividades das jornalistas e pode influenciar a forma como abordam temas, na diversidade de fontes, remetendo à possibilidade de uma cobertura com outro olhar. Designadas a coberturas especiais, mais factuais e complexas, essas subjetividades podem aflorar ainda mais. As mulheres tornam-se mais sensíveis à alteridade, tentam aproximar-se, entender e retratar com vigor outras mulheres e/ou outros grupos excluídos. Naturalmente, isso

não as torna automaticamente profissionais melhores do que os colegas de redação, mas sem dúvida as torna diferentes.

As mulheres tendem a ser mais solidárias e a valorizar mais as oportunidades profissionais, entendendo que elas são uma conquista mais difícil. Da mesma forma, ainda conservam a percepção do jornalismo como elemento que trabalha a favor da justiça social, por isso a diversidade é essencial. Assumindo o papel da pseudo-heroína (na verdade, a trabalhadora duplamente explorada) embrenha-se em várias jornadas. Ainda assim, ou talvez por tudo isso (e aí se inclui a fragilidade perante o emprego) a jornalista parece mais sensível à ética profissional.

De forma geral, fica claro que as repórteres do século XXI continuam procurando o mesmo que as *stunts girls*: são “heroínas sensacionais”, como menciona Lutes (2006, *apud* QUEIROZ, 2013, p. 65). Buscando a síntese no depoimento de uma das entrevistadas: “Acho que as mulheres têm menos chances que os homens. Você pode ser campeã de tiro, lutar judô e atirar de metralhadora, a conversa é sempre sobre o risco de sair para pesquisar. Mesmo nos assuntos considerados femininos existe essa preocupação. Os homens ainda nos tratam como bonequinhas – claro, na hora de sujar os pés nas vilas, de falar sobre cachorro morto, eles não pensam nisso”.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, Universidade Federal de Santa Catarina; FENAJ

– Federação Nacional dos Jornalistas. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vQvflEPD5T8J:perfil-dojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia. Dispositivos sociais de crítica midiática**, São Paulo: Paulus, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Cultura transnacional y culturas populares – bases teórico-metodológicas para la investigación**. In: CANCLINI, Néstor García e RONCAGLIOLO, Rafael (Orgs.). *Cultura transnacional y culturas populares*, Lima: Ipal, 1988.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do fonal do século XI. **REVISTA ALTEJOR**. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP). Ano 02. Volume 01, ed. 3, jan./jun., 2011. ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/395831/muckraker>. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**, Brasília: UnB, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder** (apêndice). In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero, Rio de Janeiro, Forense, 1995, p. 229-250.

FREITAS, Clara Julio. **Dos diários aos blogs: a construção da subjetividade feminina**. Monografia. Universidade Federal de Viçosa, 2013. Disponível em <http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2012/clarafreitas.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

HALIMI, Serge. **Os muckrakers: quando a imprensa norte-americana era viva**. LE MONDE DIPLOMATIQUE. Disponível em <file:///E:/2014/compós/compós/Le%20Monde%20Diplomatique%20Brasil%20%20%20.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HECKMAN, Meg. **Where the women are: measuring female leadership in the new journalism ecology**. Tese. Northeastern University, Boston, Massachusetts, dezembro de 2013. Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HR3-EpQN9W-0J:https://megheckman.files.wordpress.com/2014/04/heckman_the-sis.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 20 jan., 2016.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.
HOOKS, bell. **Black Woman: shaping feminist theory**. In: HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*, Cambridge: south End Press Classics, 2000, p. 1-18.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 107-12.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Mulheres jornalistas na imprensa brasileira**. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/151284998075557168343153827227545496185.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**, São Paulo: Barcarolla, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**. Instituto Piaget, Lisboa, 2000.
MANCIBO, Denise. Globalização, cultura e subjetividade: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. **PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA**. Vol. 18, n. 3, Brasília, set./dez., 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300008. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino**, São Paulo: Record, 2010.

ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. Olho d'água, 1996.

PARK, R. E. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (Org.). **O fenômeno urbano**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

QUEIROZ, Natalia Costa Cimó. **O auge de Nellie Bly: uma jornalista estadunidense no final do século XIX**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em

Jornalismo, 2013. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107052/320608.pdf?sequence=1>. Acesso em 5 de fevereiro de 2014.

RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER 2013. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Elaboração, distribuição e informações Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. Disponível em <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2013/raseam/view>. Acesso em 20 jan., 2016.

RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER 2014. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Elaboração, distribuição e informações Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2014/raseam/view>. Acesso em 20 jan., 2016.

ROCHA, Patricia. **Mulheres sob todas as luzes**. Editora Leitura. Gênero: História, 2009.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa, ASSIS, Francisco; SANTOS, Marli. Jornalismo de Imersão sem preconceito. Colóquio Internacional "En Immersion", organizado pelo Centre de recherches sur l'action politique en Europe CRAPE/UMR 6051 (CNRS – Université de Rennes 1 – IEP Rennes – EHESP Rennes), no Institut d'études politiques de Rennes, 27-29 de novembro 2013, Rennes, França. **Anais**.

TEMER, A. C. R. P. **Fertando com o Caos. Comunicação, Jornalismo e Televisão**, Goiânia: FIC -UFG/UFRJ, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**, Petrópolis: Vozes, 2009.